



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 4/XIV/1.ª SL

Aos 27 dias do mês de novembro de 2019, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 3, de 20 de novembro;

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

3. Designação dos relatores das seguintes petições, já admitidas na XIII Legislatura:

- Petição n.º 609/XIII/4.ª, da iniciativa de Ana Raquel Oliveira Lima e outros (4110 assinaturas) - «Solicitam a regulamentação da Profissão de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- Petição n.º 619/XIII/4.ª, da iniciativa do SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia e outros (4075 assinaturas) - «Solicitam o reconhecimento da profissão dos trabalhadores da manutenção e montagem de aerogeradores como de desgaste rápido»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- Petição n.º 634/XIII/4.ª, da iniciativa de Felipe Pereira da Costa e outros (126 assinaturas) - «Solicitam alteração legislativa à Lei do Seguro Social Voluntário, com vista à inclusão dos portugueses na diáspora no Sistema de Segurança Social»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

NOTA: Atendendo ao objeto da petição, foi solicitado parecer/contributo à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

- Petição n.º 637/XIII/4.ª, da iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e outros (5188 assinaturas) - «Solicitam que a profissão de carteiro seja qualificada como de desgaste rápido»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do BE;

- Petição n.º 638/XIII/4.ª, da iniciativa do SITAVA-Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos e outros (5400 assinaturas) - «Solicitam que as profissões de Operadores de Assistência em Escala e dos Técnicos de Trafego de Assistência em Escala sejam qualificadas como de desgaste rápido»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do CDS-PP;

4. Admissão das seguintes petições, e designação dos respetivos relatores:

- Petição n.º 642/XIII/4.ª, da iniciativa de Fernando Maria Rodrigues Martins e outros (4627 assinaturas) - «Solicitam a alteração da legislação relativa ao Complemento Solidário para Idosos»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 655/XIII/4.ª, da iniciativa de Maria de Fátima Marques Messias e outros (2858 assinaturas) - «Pela antecipação da idade de reforma dos trabalhadores por turnos»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 4/XIV/1.ª SL

5. Reflexão sobre as propostas apresentadas para o plano de atividades da Comissão;

6. Outros assuntos.

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputada Catarina Marcelino (PS), que presidiu à reunião em virtude da impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente, deu início aos trabalhos com a apreciação de um ponto prévio relativo a um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar (GP) do CDS-PP poucos minutos antes do início da reunião e em que se solicitava a redução do prazo de apreciação pública para 20 (vinte) dias dos Projetos de Lei n.º 91/XIV/1.ª (BE), 95/XIV/1.ª (PCP), 102/XIV/1.ª (PAN) e 111/XIV/1.ª (CDS-PP), todos sobre a mesma matéria, de modo a permitir que os mesmos pudessem ser votadas na reunião plenária de 20 de dezembro de 2019, logo após a discussão na generalidade, agendada para a véspera, 19 de dezembro.

Admitida sem oposição a integração do requerimento na Ordem de Trabalhos, tomou da palavra a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) dando conta que não se encontrava em condições de comunicar a posição do seu GP sobre o requerido, sugerindo porém que o pudesse fazer até ao dia seguinte, por e-mail.

Aproveitando a oportunidade, o Senhor Deputado Pedro Rodrigues (PSD) questionou se as iniciativas que tinham baixado e poderiam baixar à Comissão para nova apreciação não deveriam ser discutidas em conjunto, eventualmente num Grupo de Trabalho (GT), sob pena de se estarem a introduzir alterações sucessivas ao Código do Trabalho (CT) sem uma visão mais abrangente sobre a matéria.

Depois de a Senhora Presidente em exercício ter indagado se se propugnava que as iniciativas pudessem baixar sem votação à Comissão caso o seu prazo de apreciação pública não estivesse concluído a 20 de dezembro de 2019, apesar de essa decisão caber a cada um dos proponentes e ao Plenário da Assembleia da República e não à CTSS, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), sublinhando que um dos projetos de lei era da autoria do GP do PCP, reiterou que não podia garantir a disponibilidade



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 4/XIV/1.ª SL

para aceitar a redução do prazo de apreciação pública, pelo que se comprometeu a dar uma resposta definitiva até às 15 horas desse mesmo dia.

Tomou então da palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que recordou o conjunto de iniciativas sobre matéria conexa que baixara sem votação duas semanas antes, mencionando as críticas dos intérpretes e aplicadores da lei, que lamentavam as sucessivas alterações ao Código do Trabalho, não permitindo a sua assimilação, o que gerava muitas vezes insegurança jurídica. Desta forma, e sem embargo da necessária apreciação pública dos diplomas, apelou à possibilidade de conjugar a discussão de todas as matérias, eventualmente em Grupo de Trabalho constituído para o efeito, de forma até a evitar o que se verificara na Legislatura anterior.

Por seu turno, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) frisou que a avaliação da baixa sem votação cabia a cada um dos proponentes, relembrando igualmente os trabalhos desenvolvidos sobre estas matérias na Legislatura anterior, e acrescentando que só fazia sentido as iniciativas baixarem sem votação se se perspetivasse alguma abertura para poderem ser trabalhadas em Comissão. Posto isto, declarou que nada tinham a opor à redução do prazo de apreciação pública para 20 (vinte) dias, alvitando até a hipótese de este prazo não ser uniforme para todos os projetos de lei, em função da posição de cada um dos proponentes. Por fim, reiterou o pedido de promoção imediata da discussão pública dos diplomas, nas situações em que esta era obrigatória, sendo-lhe respondido que esse vinha a ser o procedimento habitual, constituindo o presente caso uma exceção.

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Marina Gonçalves (PS), que manifestou a concordância do GP do PS quanto ao requerimento e a um eventual Grupo de Trabalho que se viesse a constituir sobre o assunto, alertando porém que este não era o momento mais adequado para discutir a sua constituição, visto que a questão só se colocaria se as iniciativas baixassem à CTSS, o que, tal como referido anteriormente, dependeria do resultado da votação na generalidade ou de um hipotético pedido de nova apreciação na generalidade apresentado pelos proponentes.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 4/XIV/1.ª SL

Deste modo, o requerimento foi admitido e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do CDS-PP e do PAN, com a ressalva de o GP do PCP comunicar a sua posição até às 15h desse dia.

Com o fundamento já expandido, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) solicitou que também a apreciação pública do Projeto de Lei n.º 89/XIV/1.ª (BE) pudesse ser reduzida para 20 (vinte) dias, atendendo a que a sua discussão na generalidade se encontrava igualmente agendada para 19 de dezembro, e sem deixar de sublinhar que esta diminuição era meramente excecional e justificado pelos arrastamentos decorrentes do agendamento do debate de petições em Plenário no início da Legislatura. Não se assinalaram oposições ao demandado, tendo a Senhora Presidente em exercício mencionado que aludira a esta iniciativa logo no início da reunião.

Entrou-se então na apreciação da Ordem do Dia, que se desenvolveu nos seguintes termos:

1. Apreciação e votação da ata n.º 3, de 20 de novembro;

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do CDS-PP e do PAN.

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

Procedeu-se à distribuição das iniciativas que baixaram à Comissão na generalidade do seguinte modo, e de acordo com a listagem remetida em anexo:

- Projeto de Lei n.º 89/XIV/1.ª (BE) - Deputada Mara Coelho (PS), a quem incumbia já a elaboração do parecer do Projeto de Lei n.º 11/XIV/1.ª (PCP), sobre matéria conexa;

- Projetos de Lei n.º 91/XIV/1.ª (BE), 95/XIV/1.ª (PCP), 102/XIV/1.ª (PAN) e 111/XIV/1.ª (CDS-PP) – distribuídos em conjunto ao GP do PS, que se comprometeu a indicar posteriormente o nome do respetivo relator;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 4/XIV/1.ª SL

- Projeto de Lei n.º 94/XIV/1.ª (PEV) – distribuído ao GP do CDS-PP, que se encontrava ausente.

A Senhora Presidente em exercício aproveitou ainda para informar que havia sido atribuída à 10.ª Comissão competência conexa para a apreciação do Projeto de Lei n.º 109/XIV/1.ª (BE), apesar de a competência principal caber à 1.ª Comissão, pelo que indagou se a CTSS considerava que deveria elaborar parecer sobre a iniciativa, que caberia ao GP do PCP, o que mereceu resposta negativa, confirmando-se assim o entendimento adotado na Legislatura anterior de não duplicar a emissão de parecer entre Comissões.

Por outro lado, a Comissão deliberou igualmente solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia da República a redistribuição do Projeto de Lei n.º 123/XIV/1.ª (PEV), atendendo a que a sua discussão na generalidade já se encontrava agendada para a reunião plenária de 12 de dezembro, em conjunto com os Projetos de Lei n.º 1/XIV/1.ª (BE), 2/XIV/1.ª (BE), 92/XIV/1.ª (PAN) e 93/XIV/1.ª (PAN), todos sobre matéria conexa, e que haviam baixado à 1.ª Comissão para elaboração de parecer, tendo a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) defendido que, tal como na Legislatura anterior, todas as alterações ao Código do Trabalho deveriam passar necessariamente pela CTSS, o que ainda assim não era o caso desta iniciativa.

3. Designação dos relatores das seguintes petições, já admitidas na XIII Legislatura:

- **Petição n.º 609/XIII/4.ª, da iniciativa de Ana Raquel Oliveira Lima e outros (4110 assinaturas) - «Solicitam a regulamentação da Profissão de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa»;**

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- **Petição n.º 619/XIII/4.ª, da iniciativa do SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia e outros (4075 assinaturas) - «Solicitam o reconhecimento da profissão dos trabalhadores da manutenção e montagem de aerogeradores como de desgaste rápido»;**

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- **Petição n.º 634/XIII/4.ª, da iniciativa de Felipe Pereira da Costa e outros (126 assinaturas) - «Solicitam alteração legislativa à Lei do Seguro Social Voluntário, com vista à inclusão dos portugueses na diáspora no Sistema de Segurança Social»;**

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

NOTA: Atendendo ao objeto da petição, foi solicitado parecer/contributo à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 4/XIV/1.ª SL

- Petição n.º 637/XIII/4.ª, da iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e outros (5188 assinaturas) - «Solicitam que a profissão de carteiro seja qualificada como de desgaste rápido»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do BE;

- Petição n.º 638/XIII/4.ª, da iniciativa do SITAVA-Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos e outros (5400 assinaturas) - «Solicitam que as profissões de Operadores de Assistência em Escala e dos Técnicos de Trafego de Assistência em Escala sejam qualificadas como de desgaste rápido»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do CDS-PP;

Depois de a Senhora Presidente em exercício ter realçado que as petições indicadas já tinham sido admitidas na XIII Legislatura, todos os Grupos Parlamentares identificados se comprometeram a indicar posteriormente os respetivos relatores

4. Admissão das seguintes petições, e designação dos respetivos relatores:

- Petição n.º 642/XIII/4.ª, da iniciativa de Fernando Maria Rodrigues Martins e outros (4627 assinaturas) - «Solicitam a alteração da legislação relativa ao Complemento Solidário para Idosos»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 655/XIII/4.ª, da iniciativa de Maria de Fátima Marques Messias e outros (2858 assinaturas) - «Pela antecipação da idade de reforma dos trabalhadores por turnos»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

As duas petições em apreço foram admitidas por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do CDS-PP e do PAN, sendo designadas como reladoras a Senhora Deputada Maria Joaquina Matos (PS), para a Petição n.º 642/XIII/4.ª, e a Senhora Deputada Carla Barros (PSD), para a Petição n.º 655/XIII/4.ª.

5. Reflexão sobre as propostas apresentadas para o plano de atividades da Comissão;

Atendendo ao pedido formulado pelo GP do PSD, este ponto foi adiado para a reunião da Comissão da semana seguinte, com a dilação do prazo para apresentação de propostas até sexta-feira, 29 de novembro.

6. Outros assuntos.

A Senhora Presidente em exercício deu conta que a fotografia de grupo da Comissão seria agendada para a próxima reunião da Comissão, a realizar na quarta-feira, 4 de dezembro.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 4/XIV/1.ª SL

Por sua vez, e retomando o debate sobre a sessão pública de avaliação intercalar da ENIPSA 2017-2023 aprovada na anterior reunião da Comissão, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) perguntou se podia ser definido um calendário para os Grupos Parlamentares fazerem chegar propostas de modelo e entidades a convidar, lembrando que o modelo da sessão realizada em 2017 consistira na abertura institucional da iniciativa pelo Senhor Presidente da Assembleia da República, seguida da intervenção do Governo, dos convidados e dos Grupos Parlamentares, ficando o encerramento a cargo do Senhor Presidente da CTSS.

A Senhora Presidente em exercício considerou razoável a fixação do prazo até à quarta-feira seguinte, 4 de dezembro, data da próxima reunião, solicitando que pudessem ser facultados a todos os Grupos Parlamentares o modelo e o elenco dos convites enviados na sessão realizada na Legislatura anterior, facilitando a apresentação de propostas.

Nada mais havendo a acrescentar, a reunião foi encerrada às 11:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de novembro de 2019.

A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

Catarina Marcelino



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 4/XIV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Catarina Marcelino
Clara Marques Mendes
Cristina Sousa
Diana Ferreira
Eduardo Barroco de Melo
Emília Cerqueira
Fernando José
Helga Correia
Isabel Pires
João Paulo Pedrosa
José Moura Soeiro
Lina Lopes
Luís Soares
Marina Gonçalves
Marta Freitas
Ofélia Ramos
Pedro Rodrigues
Rita Borges Madeira
Ana Maria Silva
Carla Madureira
Cristina Moreira
Eduardo Teixeira
Firmino Marques
Hugo Oliveira
Maria Germana Rocha
Maria Joaquina Matos
Nuno Sá
Olga Silvestre

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Barbosa Ribeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Sousa Real
João Pinho de Almeida
Pedro Roque